

GRAMSCI E SUA CONCEPÇÃO AMPLIADA DE ESTADO: UMA ATUALIZAÇÃO

Alguns antecedentes de Gramsci¹

Apesar de uma existência relativamente curta (1891-1937), GRAMSCI vivenciou intensamente eventos históricos extraordinários que marcaram os rumos do Século XX: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, os levantes operários na Europa, a formação de grandes partidos políticos, a consolidação de regimes totalitários (fascismo e socialismo de estado), a depressão econômica de 1929, a afirmação dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial. Ao lado de tais acontecimentos, GRAMSCI desenvolve uma intensa atividade jornalística que se inicia em dezembro de 1915, quando começa a trabalhar na redação turinense² do *Avanti!*, órgão do Partido Socialista Italiano. No pós-primeira guerra, entre maio de 1919 e dezembro de 1920, organiza e dirige o periódico *L'ordine nuovo*. A proximidade desse periódico dos conselhos de fábrica de Turim era muito intensa e, por esse motivo, para GRAMSCI, uma experiência com perspectiva revolucionária.

Em 1921, o Congresso de Livorno marca a cisão do PSI e cria o PCI, com as participações decisivas de Amadeo Bordiga e GRAMSCI. Pouco

AÉCIO ALVES DE OLIVEIRA*

RESUMO

A atualidade sugere que a "sociedade política" traz para si a condição de promotor de "revoluções passivas", a fim de recompor a hegemonia capitalista. A argumentação de Gramsci, porém, sugere a "finalização" do Estado, no sentido da reabsorção da "sociedade política" na "sociedade civil" a ser concretizada com a tomada do poder pela "classe expandida". O conceito de Estado realmente democrático, não apenas ampliado, mas integral, é o resultado da contribuição teórica de Gramsci. Assim, afirma-se a "sociedade regulada", cuja função ética e educativa é promover a democracia, a liberdade e a elevação de cada indivíduo e de todos à condição de sujeitos autodeterminados de sua vida social.

ABSTRACT

The present time suggests that the "political society" brings for itself the condition of promoter of "passive revolutions", in order to re-compose the capitalist hegemony. In accord to Gramsci's argument, however, the "finishing" of the State in the sense of the re-absorption of "political society" into "civil society" will be realized with the taking of the power for the "expanded class". The concept of really democratic State, not only extended, but integral, is the result of the theoretical contribution of Gramsci. Thus, it is affirmed "regulated society" whose ethical and educative function is to promote the democracy, the freedom and the rise of each individual and all to the condition of self-determined subjects of their self social life.

* Professor da Universidade Federal do Ceará e Doutorando, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC.

antes do golpe de Estado fascista, em maio de 1922, GRAMSCI parte para Moscou, onde fica até novembro de 1923, na condição de representante do PCI junto ao comitê executivo da Internacional Comunista. A partir de 1º de março de 1924, retoma a publicação de *L'ordine nuovo* e, pouco depois, é eleito para o Parlamento Italiano, quando então se lança decisivamente contra o fascismo e, dentro do PCI, contra a linha extremista de Bordiga que havia entrado em colisão com as posições da Internacional Comunista. Para tal linha, reúne em torno de si um grupo dirigente de centro que se torna hegemônico no III Congresso do PCI, realizado em Lyon, em janeiro de 1926.

É importante destacar que, alguns meses depois, o próprio GRAMSCI entra em discordância com a Internacional, em virtude dos desvios do Partido Bolchevique e dos métodos que começava a adotar, já sob a influência de Stalin.

Apesar da imunidade parlamentar, GRAMSCI foi detido, em 8 de novembro de 1926, confinado em Ustica e depois no cárcere de Milão. Junto com outros dirigentes comunistas foi julgado pelo Tribunal Especial para a Defesa do Estado e apenado com 20 anos de prisão. No cárcere,

no final de 1929, explicita suas divergências com a linha política adotada pelo PCI e entra em conflito com a maioria dos outros comunistas presos. Daí seu isolamento como forma de existência, e sua avidez loquaz em escrever notas que ficariam conhecidas como Cadernos do Cárcere. Após ser acometido de várias enfermidades, somente em outubro de 1934 foi posto em liberdade condicional, mas, mesmo assim, permanecendo na clínica de Formia, sem condições de retornar às atividades normais. Morreu na clínica Quisisana, em Roma, para onde fora transferido sob escolta policial.

Nos anos iniciais do Século XX já aparecia clara a importância crescente das massas para o direcionamento do Estado e as dimensões globais e o grau de complexidade que iriam adquirir as relações sociais ao longo do século. O potencial de rebeldia e a criatividade popular, percebidos por GRAMSCI, além de uma consequência estrutural do moderno sistema produtor de mercadoria, era a manifestação da vontade das massas de definir seu próprio devir histórico. Diante de tal realidade, não mais seria possível estabelecer a hegemonia unicamente apoiada nos sistemas de coerção explícita até então praticada. Não por acaso, GRAMSCI atribuiu importância à "opinião pública". Para o pensador italiano,

(...) [a opinião pública] é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (Caderno 7, § 83: 265).

Desse modo, para GRAMSCI, a constituição do "Estado ético" seria o caminho capaz de resolver os conflitos da "sociedade civil" e garantir o funcionamento do corpo social, para dar início a uma nova civilização com o ingresso das massas na história, de maneira livre e democraticamente organizada.

As aspirações demonstradas pelos movimentos que despontavam das iniciativas populares estavam a exigir uma outra concepção de Estado e um outro modo de fazer política. GRAMSCI percebia que os destinos da história e da política seriam decididos, cada vez mais, pela participação ativa das massas e pela criatividade dos diversos grupos organizados na "sociedade civil". Para tanto,

O desenvolvimento das forças econômicas em novas bases e a instauração progressiva da nova estrutura sanarão as contradições que não podem deixar de existir; e, tendo criado um novo "conformismo" a partir de baixo, permitirão novas possibilidades de autodisciplina, isto é, de liberdade até individual (Idem: 261).

A "sociedade civil" tornar-se-ia o extenso e complexo espaço público de grande importância política, onde as classes subalternas poderiam desenvolver suas convicções e lutar por um novo projeto hegemônico que levaria à gestão democrática e popular do poder.

No que interessa ao presente trabalho, os cadernos *Miscelânea* 6 e 8 e o Caderno 13 (Breves notas sobre Maquiavel, a política e o Estado)³ constituem as principais fontes utilizadas, nas quais estão registrados a concepção e os argumentos gramscianos sobre o significado da relação entre a economia, a sociedade e a política. Mais precisamente, onde pode ser encontrada a teorização de GRAMSCI segundo a qual o Estado deixa de ser apenas o órgão de coerção jurídica e se amplia para incluir as organizações privadas – a "sociedade civil" – que se entrelaça com a "sociedade política". Essa teorização nos permite perceber que, no Estado Moderno, o exercício da hegemonia significa a capacidade das classes dominantes de obter o consenso das classes subalternas, exercício este que decorre da existente correlação de forças. Daí porque, para GRAMSCI, coerção

e consenso caminham dialeticamente juntos; a “sociedade civil” conforma o *locus* privilegiado de disputas classistas pela hegemonia; e o Estado-coerção, o modo de legalização do resultado destas disputas. O entrelaçamento entre ambas as esferas resulta da correlação de forças, cuja pendulação definirá a quem serve o Estado. (Ou que classe, ou segmentos de classe, se servem do Estado). Outros intérpretes de GRAMSCI foram utilizados, como se poderá perceber ao longo do texto.

Como sabemos, a elaboração de GRAMSCI quanto à problemática do Estado já registra uma crítica à “confusão entre o conceito de Estado-classe e o conceito de sociedade regulada”. De imediato GRAMSCI antecipa o teor de sua ‘tese’ central, ao afirmar que “Enquanto existir o Estado-classe não pode existir a sociedade regulada”. O critério crucial para tal é que “não pode existir igualdade política completa e perfeita sem igualdade econômica”. No fragmento 12 do Caderno 6 (p. 224), GRAMSCI arremata:

A confusão entre Estado-classe e sociedade regulada é própria das classes médias e dos pequenos intelectuais, que se sentiriam felizes com uma regulação qualquer que impedisse as lutas agudas e as catástrofes: é concepção tipicamente reacionária e retrógrada (Fragmento 12, Caderno 6: 224).

Além disso, GRAMSCI chama a atenção para a estreiteza da identificação entre Estado e governo (Caderno 6, § 88: 244) como sendo a própria confusão entre “sociedade política” e “sociedade civil”. Nesse momento, expressa sua concepção de Estado ampliado, que assume a condição de conceito central dos Cadernos.

As questões arroladas por GRAMSCI expressam todo o seu amadurecimento teórico de inspiração marxiana e o seu esforço em emprestar sua inteligência e denodo à causa socialista. A obra e a existência de GRAMSCI foram dedicadas precipuamente à finalidade

imane de contribuir para forjar a consciência revolucionária do proletariado e demais classes, segmentos e grupos sociais oprimidos pelo capital e submeter a ordem capitalista a uma crítica teórica integral, com vistas a sua supressão histórica como totalidade; ou seja, superação como regime de produção e de dominação e de hegemonia ideológica da burguesia. Desde o início do século XX, havia sinais de recomposição dessa hegemonia através da fusão entre o Estado e a força imperialista do capital – o chamado capitalismo monopolista de Estado. Os acontecimentos que marcaram o período da primeira guerra mundial, até o início da década de trinta, serviram de pano de fundo histórico para sua profícua produção intelectual e ação política, antes e no cárcere. O final desse período de intensa ebulição conjugava a Grande Depressão, o triunfo do nazi-fascismo e a ascensão do stalinismo.

Ocultações da utopia liberal e a ampliação do Estado

No Caderno 6 (1930-1932), os enunciados de GRAMSCI sobre o Estado estão vinculados às concepções de Maquiavel e à crítica relacionada a duas representações ideológicas de Estado: a liberal (C6, § 12: 223) e a que expressa o nacionalismo voltado para o combate do poder dos latifúndios na Itália. Da perspectiva liberal, o Estado resume-se à condição de “sustentáculo da ordem” ou como “aparelho parlamentar”, identificável a simples governo. Nesse sentido, as funções do Estado estariam limitadas à tutela da ordem pública e ao respeito das leis. Com isso, a ideologia liberal oculta o poder do Estado como poder de classe.

GRAMSCI questiona, sistematicamente, a identificação entre Estado e Governo. Ao fazê-lo, afirma que tal confusão está presente pelo fato do reduzido desenvolvimento do Estado, no sentido de que a identificação simplesmente nos remete para circunstâncias nas quais prevalece a forma corporativo-econômica do

Estado.⁴ Daí, sua inspiração teórico-política quando nos revela que “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil”.

Para dar conta do necessário esclarecimento da confusão entre “sociedade civil” e “sociedade política”, assim explicita sua “equação” política ou “fórmula geral” do Estado: “Estado = Sociedade Política + Sociedade Civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção” (Caderno 6, § 88: 244).

A “sociedade política” compreende as instituições de caráter público, como o governo e sua burocracia, as forças armadas, o Judiciário, o Legislativo etc. Nela concentra-se o monopólio da coerção e da dominação. Na outra esfera, na “sociedade civil”, situam-se as entidades e as organizações privadas, tais como: as empresas, a escola, as igrejas, os partidos, os sindicatos, as associações. Nela são elaborados e disseminados as mais diversas ideologias e valores que visam dar uma direção hegemônica ao Estado. Ambas compõem a superestrutura da sociedade e se constituem como esferas relativamente autônomas, mas que se imbricam dialeticamente. Numa se desenvolvem os aparelhos de dominação e de coerção sobre todo o corpo social; noutra, a articulação do consenso e da direção intelectual e moral. Nesse sentido, o Estado não é apenas um aparelho burocrático-coercitivo, e sim resulta de elementos sociais e políticos, de iniciativas privadas, da relação entre economia (infra-estrutura) e política (superestrutura); da correlação de forças, das relações sociais de produção e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Desse modo, é possível deduzir da “equação” que o conceito de hegemonia⁵ se torna crucial, para GRAMSCI, no processo de dissolução tendencial desse Estado, que desembocaria em lutas direcionadas para levá-lo ao esgotamento, e, assim, afirmar a sociedade [auto]-regulada. Tal esgotamento será tanto mais intenso e abrangente quanto mais “se afirmam os elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil)”.

No referido Caderno, GRAMSCI critica a “confusão entre o conceito de Estado-classe e o conceito de sociedade regulada”, como já referido. Para ele, sociedade regulada e Estado-classe são termos opostos, pois não é possível existir a igualdade política (auto-regulação) sem que haja a igualdade econômica. Caso não seja assim, uma sem a outra condição apenas refletiria a vontade de camadas médias da sociedade e de intelectuais, de verem mantidos seus interesses econômicos e políticos, conforme o pensador italiano.

Na elaboração de GRAMSCI, a esfera da “sociedade civil” ganha um espaço de proeminência. Na realidade, a “sociedade civil” significa a “imagem” do Estado sem Estado. Vale dizer que, partindo do pressuposto segundo o qual todos os homens (e mulheres) são realmente iguais, no sentido da possibilidade do livre desenvolvimento de valores que correspondam a uma auto-regulação da vida em sociedade, o Estado teria tendencialmente reduzidas suas intervenções autoritárias e coercitivas e se tornaria sociedade regulada. Por ser o *locus* onde se dá o confronto das ideologias, na “sociedade civil” atuam os “intelectuais”, e nela se estabelecem os processos de construção de hegemonia, de direcionamento da economia, da política e da cultura.

Da ampliação do conceito ao desaparecimento do Estado

O Estado, na condição de aparelho de hegemonia, procura se fixar na “sociedade civil”, através de um processo de concomitância que contém uma dupla dimensão: pelo estabelecimento e consolidação do modo de produzir e de distribuir inerente às relações sociais de produção (a dimensão econômica) e pela constituição de aparelhos ideológico-culturais, fazendo emergir sua função pedagógica (a dimensão político-cultural). Em particular, na sociedade capitalista, das ações e iniciativas originárias de organismos privados (“sociedade civil”) decorre uma espécie de síntese de conflitos, de interesses econômicos

(disputas intercapitais, lutas de classes etc) e político-culturais da classe detentora dos meios de produção, de um lado; e da luta contra-hegemônica dos trabalhadores, de outro. Como resultado da correlação de forças, o Estado-classe pode embutir uma concepção ditatorial. Por outro lado, nessa arena que é a “sociedade civil”, legitima-se ou pode-se desconstruir o modo político e cultural que corresponde à produção de mercadorias na sociedade.

Parece, então, que a concepção gramsciana nos leva a considerar que as disputas no campo da economia se projetam para a dimensão político-cultural, criando condições para o surgimento de “elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada” e para o esgotamento do Estado. Nesse sentido, podemos compreender que se trata de um conceito (de Estado) ampliado capaz de dar conta das formas do Estado capitalista, bem como da abordagem do Estado socialista. Desse modo, o conceito engloba a dialética da ampliação do Estado e de seu desaparecimento.

Na perspectiva ampliada, o processo de construção da hegemonia de classe deve levar em consideração, da parte dos grupos que a exercem, os interesses daqueles sobre os quais será exercida, porém, resguardando o essencial. Isso conforma o que GRAMSCI denomina “um certo equilíbrio de compromisso”, decorrente da “correlação de forças” e que determina o “bloco histórico” e suas esferas: a “sociedade política” (o aparelho de Estado) e a “sociedade civil”. Esta última congrega a superestrutura ideológica, cuja caracterização sofre influência das relações sociais de produção. Nessa perspectiva, as relações sociais de produção e o estágio alcançado pelas forças produtivas propiciam a configuração da “sociedade civil”, que assim também se torna o “espaço” da estrutura econômica e social.

Esse ponto já envolve a relação entre as forças econômicas e a política. Como bem analisa GRAMSCI, a Europa, na segunda década do século XX, trilhou o caminho da resposta conservadora – o autoritarismo e o fascismo –,

para a reconstituição do poder da burguesia e, assim, resolver a crise da economia. Não foi uma resposta política de caráter profundamente transformador, e sim a utilização das “reservas” acumuladas para afastar a catástrofe da “crise final do capitalismo”. Ao longo dos anos iniciais dos vinte, ocorreram mudanças econômicas e políticas que suscitaram uma nova configuração do Estado. A percepção de GRAMSCI o levou a identificar nas organizações privadas da “sociedade civil” o *locus* da criação de um poder hegemônico decisivo. O equilíbrio entre a “sociedade política” e a “sociedade civil” deslocava-se da primeira (Estado-coerção) para a segunda, como necessidade de criar condições para a saída da crise (expansão econômica). Em tal contexto, podemos dizer, inicia-se um novo modo de fazer política cujo objetivo é enraizar a lógica da produção do valor-capital no espaço ampliado da nova significação do Estado, a partir das estruturas e das organizações privadas da “sociedade civil”. De certo modo, a “sociedade política” (aparelho estatal) “civiliza-se” para dar vazão a uma outra etapa da acumulação de capital em escala mundial.

Desse modo, a ampliação da “sociedade civil” torna-se funcional à “nova ordem internacional”, sobretudo estimulada pelo espectro do comunismo (URSS) que rondava o mundo. A guerra, como sempre, cumpria a função de incitador da acumulação de capital; os primeiros passos da reestruturação produtiva taylorista-fordista, o ingrediente necessário para impulsioná-la; e a ampliação do Estado compunham os sinais dos limites das aspirações de participação no processo político. O fetiche da mercadoria se renovava através da então nascente “civilização” americana. Naqueles anos de sublimação do conceito de eficiência, o “americanismo” e o “fordismo” assumiam a expressão da cultura necessária à política e à economia capitalista, no contexto do pós-primeira guerra.⁶

A ampliação gramsciana do conceito de Estado estabelece os termos da análise da

correlação de forças com base nos momentos por ele sugeridos: o econômico, o político e o político-militar. A correlação de forças e os aparelhos através dos quais a hegemonia será construída correspondem aos conceitos que irão fundamentar as relações entre estrutura e superestrutura. Podemos dizer que o fenômeno estudado por GRAMSCI, intitulado “americanismo e fordismo”, é a expressão exata da modernização socioeconômica e política que assumia características mundiais. As novas formas de organização da produção e do trabalho correspondiam à ofensiva do capital que tomou impulso durante os anos vinte e alhores dos anos trinta. O importante foi que ele percebeu que não se restringia apenas aos USA, mas um processo que se generalizaria por todo o mundo ocidental. GRAMSCI percebeu muito bem o momento de crise sistêmica, ao observar que o fordismo surgia como necessidade do capital para estancar o processo de tendência decrescente da taxa de lucro. Nesse contexto, o Estado, em seu momento econômico-corporativo destacado, afirmava-se como a forma mais adequada ao “americanismo”, a fim de garantir a reprodução ampliada do capital.

A correlação de forças toma forma nos momentos já referidos. O momento econômico vincula-se à infra-estrutura; o momento político-ideológico permite avaliar “o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização atingido pelos diferentes grupos sociais”; e o momento político-militar é o momento das definições estratégicas. Podemos dizer que é na inter-relação entre esses momentos que se situa a transversalidade do econômico e do ideológico por toda a “sociedade civil”, incluindo-se a luta de classes como um aspecto da correlação de forças. Essa transversalidade se afirma através do poder do mercado, que assume funções da política, levando esta e a “sociedade civil” a se submeterem a medidas tomadas unilateralmente. Parte das funções políticas foi concedida às forças do mercado e ao campo da política individualizada, que, por

sua vez, encoraja os indivíduos a buscarem soluções individuais para problemas cujo cerne são as determinações do metabolismo socioeconômico do sistema do capital.

Hegemonia é um conceito fundamental no pensamento de GRAMSCI. Como sabemos, tal conceito combina domínio, coerção e força; e, ao mesmo tempo, direção, persuasão e consenso. É no conceito de Estado ampliado que adota uma forma mais acabada e articulada. Mais ainda, na fase do desenvolvimento do capital presenciada por GRAMSCI, calcada no modelo americano a ser “transplantado” na condição de motor da expansão capitalista na Europa. O “americanismo” emergia e provocava um crescente interesse sobre o modo fordista de acumulação de capital e, ao mesmo tempo, como um modo de vida mais adequado à expansão da sociedade capitalista. O “americanismo” e o “fordismo” já se prenunciavam como uma resposta capitalista aos conflitos históricos postos pelo pós-guerra e à crise de 1929.

Do ponto de vista do conceito de hegemonia, o “fordismo” – a mecanização, a racionalização das funções dos operários – seria a força; o elemento de persuasão, os ‘altos’ salários. A produção e a reprodução de uma força-de-trabalho que participasse, cada vez menos, com sua consciência e sua personalidade autônoma no processo de trabalho e que fosse, pelo contrário, um componente apenas mecânico e passivo deste processo, estariam, de fato, no centro dessa forma de recomposição da hegemonia burguesa.

O “americanismo” e o “fordismo” eram formas de “revolução passiva”, para a recomposição da hegemonia burguesa e para enfrentar a crise econômica. Não se tratava de superação ou de novas relações sociais de produção, mas do aperfeiçoamento do processo de submissão da “sociedade civil” à expansão capitalista, através de um programa de modernização conservador ou reformista. Para tanto, os “intelectuais” de vários matizes, que compunham os quadros do governo, do parlamento, de universidades etc.,

desempenhavam, como em qualquer época, um importante papel junto ao corpo social, no sentido de induzir as massas a acreditarem que os mesmos são os portadores do devir histórico e as personificações da racionalidade. A modernização da sociedade tornava-se a afirmação da hegemonia burguesa, através de reformas que inibiam e neutralizavam as iniciativas populares com atendimento parcial de suas demandas. A disciplina no trabalho e os novos costumes quotidianos, adequados às novas formas de produção, compunham o aparato ideológico da forma corporativa do Estado. Na Itália, segundo GRAMSCI, o Estado fascista configurou e assumiu a condição de agente dessa modernização.

De certo modo, podemos dizer que, entre a infra-estrutura (estrutura econômica) e o aparelho estatal situa-se a “sociedade civil”, embora a economia privada seja desta uma parte componente. No contexto da sociedade capitalista, essa composição “piramidal” sugere que o Estado (aparelho) deverá adequar a “sociedade civil” à estrutura econômica, e esta deverá “colonizar” ambos para propiciar a reprodução abrangente da relação social do capital. Nesse sentido, a “sociedade política” traz para si a condição de promotora de “revoluções passivas” para repor (ou recompor) a hegemonia capitalista, como já referido.

No Brasil, atingimos, com o governo Lula, o auge da política econômica que mais interessa à sede dos rentistas. Tal processo se iniciara, desde os anos 1990, com o “choque de capitalismo” aplicado pelo governo Collor, passando pelas reformas sociais de Fernando Henrique Cardoso (Muitos gostam de denominá-la de neoliberal). A caça empreendida aos marajás se completa com a reforma da previdência patrocinada pelo governo Lula, praticamente a mesma que fora combatida pelo Partido dos Trabalhadores, em oposição ao “governo FHC”. Podemos dizer que tais medidas correspondem a “revoluções passivas”, visíveis através da reforma regressiva da Previdência e

da Reforma Tributária que, se, de um lado, desonera o grande capital, de outro, amplia a carga sobre os assalariados e setores que não dispõem de mecanismos legais de defesa. Há também sinais semelhantes nas propostas de reformas Trabalhista e Educacional Superior; do mesmo modo que nas políticas compensatórias adotadas (Fome-Zero, micro-crédito, direcionamento de gastos para a chamada “focalização”).

Podemos dizer, assim, que, uma “revolução passiva” corresponde a formas assumidas pelo Estado-classe, cujas mudanças são definidas de cima para baixo, como “respostas” a pressões postas de baixo para cima. E que, sendo a crise do capital, ou da reprodução ampliada, um problema econômico, mais cedo ou mais tarde será “politizado”, através da intervenção estatal fascista, social-democrata, keynesiana ou neoliberal.

A relação orgânica entre a economia, a política e a ideologia (hegemonia social) emerge como tema da dialética infra-estrutura/superestrutura. O que prepondera dependerá do desenvolvimento histórico concreto. Podemos dizer que, na Europa, o desenvolvimento do capitalismo foi acompanhado da preponderância da superestrutura; no caso dos USA, a infra-estrutura preponderou sobre a superestrutura. Ou seja, onde o desenvolvimento das forças produtivas havia sido historicamente mais acentuado, a estrutura econômica amoldava mais detidamente a “sociedade civil”, bem como o aparelho estatal. Nesse caso, a hegemonia se define a partir da plutocracia; da “sociedade civil” para a “sociedade política”; ela nasce do próprio modo de produção do valor. Com isso, a racionalização da produção leva à integração da classe operária aos limites definidos e adequados à reprodução do capital, e ao modo de vida condizente com tal hegemonia.

Por outro lado, como a hegemonia resulta da correlação de forças, os três momentos distinguidos por GRAMSCI sugerem que, da relação entre infra-estrutura e superestruturas, estas últimas formam um conjunto complexo e

conflituoso, reflexo das relações sociais de produção. Ademais, no âmbito da “sociedade civil”, do entrelaço das decisões e das iniciativas privadas, resulta a constituição de aparelhos de hegemonia, pois se conjugam os campos da economia, da cultura e da ideologia. Vale dizer que os aparelhos de hegemonia são constitutivos das relações de produção, apenas na condição de relações sócio-ideológicas.

A argumentação desenvolvida na presente seção sugere que a “finalização” do Estado em GRAMSCI – ou o desaparecimento do Estado, no sentido da reabsorção da “sociedade política” na “sociedade civil” – toma corpo no caderno 13, § 17. GRAMSCI fornece importantes elementos que ajudam a compreender como se forma uma vontade coletiva, com base nos cânones contidos no Prefácio à *Crítica da economia política*, de Marx. As relações entre estrutura e superestrutura se desenrolam através do nexo dialético entre duas ordens de movimentos: os “movimentos orgânicos” (que dão lugar à crítica histórico-social) e os “movimentos de conjuntura” (que dão lugar à crítica miúda).

No primeiro movimento há o envolvimento de grandes agrupamentos, para além dos grupos dirigentes e situados que estão mais diretamente no entorno do poder, envolvidos com a “política miúda”. Na medida em que as contradições se acentuam, forças políticas atuam para conservar e defender a estrutura existente, e forças antagonistas procuram demonstrar “que já existem condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente”. A questão crucial é distinguir entre o que é orgânico e o que é eventual, para que seja evitado excesso de “economicismo” (causas mecânicas) ou de “ideologismo” (voluntarismos), arremata o pensador italiano. Assim, seriam criadas as condições de passagem do momento econômico para o momento das relações das forças políticas, como reflexo do grau de autonomia – homogeneidade, autoconsciência e organização

– dos grupos subalternos perante o Estado existente. Da particularidade dos interesses (econômicos) a uma unidade mais ampla, ainda movida pela luta econômica no quadro do Estado existente, para atingir um estágio em que os interesses particulares tornar-se-iam interesses de todos. Nesse momento, as superestruturas estariam atravessadas pelo embate de ideologias, do qual uma, ou uma combinação delas, se imporia ao conjunto do corpo social. A hegemonia assim construída ficaria concretizada com a tomada do poder pela “classe expandida”. A condição de sujeitos livres e ativos, dos grupos e classes subalternas, daria lugar ao autogoverno; a absorção da “sociedade política” pela “nova sociedade civil”, como já referido. Tal expansão congregaria o conjunto das vontades políticas correspondentes aos interesses dos grupos aliados e estabeleceria o caráter de integralidade do Estado.

Com o caráter acima assinalado, o Estado deixaria de ser Estado como detentor das funções coercitivas e econômicas, e corresponderia a um momento de articulação no qual a classe dirigente legitimaria sua própria dominação com o consenso dos governados. Nessa circunstância, desapareceria a distinção metodológica entre “sociedade política” e “sociedade civil”, explicitada nos momentos de passagens: ditadura à hegemonia; aparelhos de coerção a aparelhos de hegemonia; aparelho de poder a aparelho organizador de consenso; dominação à direção. Em resumo: Estado encorajado de coerção a Estado integral.

Para dar prosseguimento ao argumento anterior, podemos dizer que o conceito de Estado realmente democrático, não apenas ampliado, mas integral, que sintetiza a absorção da “sociedade civil” pela “sociedade política”, corresponde a um resultado da contribuição teórica de GRAMSCI para a atualidade. Nessa perspectiva, dizer que o Estado deixa de ser Estado, é afirmar a “sociedade regulada”, cuja função ética e educativa é promover a democracia, a liberdade e a elevação de cada

indivíduo, e de todos, à condição de sujeitos no processo de construção de modos de vida autodeterminados. Esse o sentido que GRAMSCI atribui à “elevação moral e intelectual das massas”.

Para GRAMSCI, a “sociedade regulada” corresponde a uma circunstância na qual novos valores seriam instituídos mediante o diálogo “livre de coação” após a eliminação das contradições sociais antagônicas. No entendimento do pensador italiano, essa é a “luta pela unificação cultural do gênero humano” (apud Coutinho, 1989: 68), a qual, podemos acrescentar, pressupõe outras lutas, no presente, pela ampliação de uma esfera pública consensual e liberta de coerção. Desse modo, a idéia de hegemonia não se confunde com a afirmação de uma dominação, e sim, significa a afirmação da capacidade de interpretar criticamente a história e de articular consensualmente soluções dos problemas historicamente colocados. Ou seja, trata-se de um processo no qual o consenso, as alianças e o convencimento no âmbito cultural são priorizados em detrimento da violência em suas diversas manifestações.

Sobre a atualidade da concepção de Gramsci

Que perguntas poderíamos fazer, na atualidade, e respondê-las com o instrumental teórico e político herdado de GRAMSCI?

No final da década de 1980, assistimos à desintegração do socialismo na URSS, uma derrota muito mais difícil de explicar do que o fracasso da revolução mundial esperado para os anos de 1920. Podemos dizer que a derrota infligida pelo fascismo, que conseguiu formar um “bloco histórico” com uma base social suficientemente ampla, configuraria o inimigo externo da revolução socialista, nos primórdios do século XX. No caso da desintegração, no final do século, o inimigo teria sido a debilidade interna, em virtude de uma incompleta ou desvirtuada “reforma intelectual e moral”? GRAMSCI talvez

dissesse que o chamado “socialismo real” nunca se afirmara como autogoverno dos produtores; que se havia criado um crescente abismo entre os dirigentes e os dirigidos; que os dirigentes haviam perdido a direção intelectual e moral e só conservaram a força; e que todos esses fatores teriam levado a um forte desequilíbrio entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, atrofiando a primeira e hipertrofiando a segunda. Com isso, o indivíduo social que se gestava teria perdido todo o espaço de ação, em virtude da asfixia da “sociedade civil”.

O que fica sem explicação, contudo, é que causas teriam determinado essa reforma incompleta ou desvirtuada e o desequilíbrio de forças que estiveram por trás da debilidade do “socialismo real”. Como ponto de partida plausível aqui defendido, seria necessário compreender que o “socialismo” autoritário praticado era, na realidade, uma variante do capitalismo, pois estava mantido o modo de produzir o capital, enquanto que a distribuição era determinada pela “sociedade política”.

A não resolução dessa contradição crucial fez surgir incontáveis e insolúveis conflitos, de tal modo que o capitalismo pôde ser considerado a solução para as questões que se avolumavam. Se, para GRAMSCI, a reflexão importante estava centrada na derrota para o fascismo, hoje, a reflexão deveria ser sobre a afirmação do ideário neoliberal como solução para a crise desencadeada com o alegado “esgotamento” do fordismo-taylorismo e a emergência da “acumulação flexível” (HARVEY, 1992: 135-136 e 140). Ao mesmo tempo, ao lado da reflexão alusiva ao desencanto pela ausência de vitórias, cabe uma crítica radical, voltada para desmistificar a idéia segundo a qual a vitória do capitalismo (global) representaria um triunfo para a humanidade.

Conforme já referido, na “sociedade civil” situam-se as entidades e as organizações privadas e nela são elaborados e disseminados os mais diversos confrontos ideológicos que visam dar uma direção hegemônica ao Estado. Na “sociedade civil” atuam os “intelectuais”,⁷ e nela se estabelece

o processo de construção de hegemonia, de direcionamento da economia, da política e da cultura. Em particular, a disputa ideológica na “sociedade civil” capitalista envolve ações e iniciativas originárias de seus organismos privados, das quais decorre uma síntese de conflitos, de interesses econômicos e político-culturais; de embates, tanto no interior da classe detentora dos meios de produção, quanto do confronto e da luta contra-hegemônica de “classes e grupos subalternos” e de intelectuais que se põem nesta perspectiva.

Nessa arena que é a “sociedade civil”, pode-se desconstruir o modo político e cultural que corresponde à moderna produção de mercadorias. Contudo, cabe ainda indagar quanto à correlação de forças na etapa atual do desenvolvimento do capital em que a transversalidade do econômico e do ideológico (fetiche da mercadoria) por toda a “sociedade civil” põe em questão a existência autônoma e unitária dos “grupos subalternos, a eficácia da luta de classes e a efetividade de sindicatos e de partidos políticos de trabalhadores, tendo em vista a transformação radical da sociedade. Essa questão parece estar afeta à noção de “classe expandida”, para por em movimento o processo de constituição da “sociedade regulada”. A ênfase aqui sugerida é que, em virtude mesmo da ampliação do conceito de Estado, a realidade de hoje impõe como crucial a “ampliação” da “sociedade civil” num determinado sentido. Isso, principalmente, considerando que a contradição fundamental inerente ao metabolismo social do capital se acentua e se torna mais visível, através de processos de inovações técnico-produtivas e organizacionais e de financeirização da economia, e das exigências de novos modos culturais de vida, adequados aos movimentos de transnacionalização desse metabolismo.

Em GRAMSCI há elementos importantes que podem contribuir para uma melhor compreensão das questões que hoje se apresentam na moderna sociedade produtora de mercadorias. Como sabemos, contudo, trata-se de uma realidade

na qual pontuam mundializações múltiplas e a irrupção de uma rica variedade de movimentos no panorama social e político. O mundo de hoje está, evidentemente, muito distante daquele vivenciado por GRAMSCI; a “sociedade civil” tornou-se mais complexa e mais contraditória. Cresceu o espaço para as diferenças e das desigualdades; e a vida cotidiana está recheada da violência típica das grandes e médias cidades, onde crescem o desemprego, a apatia política e o indiferentismo social (Semeraro, 2001: 236).

Monal (2003: 190), por exemplo, afirma:

Recorrer ao pensador italiano na tentativa de trazer à luz os novos nexos e articulações que foram sendo tecidos num mundo cada vez mais interdependente revela-se um exercício promissor e, em certo sentido, de proveito imediato. Caberia fazer com Gramsci, em muitos sentidos, o que ele mesmo fez com Marx e Lênin, ou seja, desenvolver seu pensamento revolucionário em face de novas condições, sem abandonar sua afirmação que o marxismo é uma concepção que basta a si mesma, afirmação de que – é sempre bom lembrar – deve ser entendida em seu sentido dialético e não dogmático.

O sentido da ampliação transformadora da “sociedade civil” exige uma adequada atenção teórica e política (práxis) para com a articulação dos novos movimentos sociais que se organizam no âmbito das diversas “sociedades civis”, em escala planetária. Tudo sugere que, ao lado da transnacionalização do capital, observa-se também a emergência de diálogos internacionais que incluem um número crescente de movimentos nacionais (“grupos subalternos” em escala mundial). Os movimentos antiglobalização, embora heterogêneos, são exemplos importantes desses diálogos e de luta por outra hegemonia. A inclusão desses novos (e antigos) movimentos sociais, junto com o movimento clássico dos

trabalhadores através de suas entidades, é parte das condições necessárias para “a reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (Caderno 5, § 127: 223). Essa “reabsorção”, contudo, jamais poderá ser conduzida junto com uma sociedade civil não gramsciana, pensada como campo de “equilíbrio de forças” para contrabalançar os excessos do mercado e do Estado, como uma espécie de “terceiro setor”.

A ampliação da “sociedade civil” (ou a “classe expandida”) aqui sugerida, a ser materializada através da articulação consciente da diversidade dos movimentos sociais, direcionada para a superação da ordem do capital e calcada, prioritariamente, no consentimento, assume a feição de um eixo para a atualização da teoria política de GRAMSCI. O ponto crucial de tal movimento de aglutinação é o reconhecimento das inúmeras fragilidades que afetam as entidades dos trabalhadores, do isolamento dos diversos movimentos sociais e, principalmente, da “pequena política”, restrita “às questões parciais e cotidianas, que se colocam no interior de uma estrutura já estabelecida” (Caderno 13, § 5: 21), e que tem sido praticada pelos partidos políticos de um modo geral – inclusive, incoerentemente praticada por partidos vinculados à luta dos trabalhadores, partidos supostamente da classe operária.

Vale transcrever a reflexão a seguir, para ajudar na compreensão da necessidade de ampliação da “sociedade civil” com a articulação da diversidade dos movimentos sociais:

(...) a reflexão sobre a situação do mundo caminha lado a lado com a participação direta dos movimentos que surgem e se desenvolvem com o objetivo de modificar esse estado de coisas. Como em muitos outros países, também na África do Sul grande parte dos ativistas e dos intelectuais considerava que as transformações sociais tinham como motor o sindicato ou a classe operária. Porém, era uma leitura está-

tica da realidade sul-africana. Também entre nós, o livre comércio trouxe desemprego, fechamento de fábricas e aumento da pobreza. Assim, toda a literatura sobre a realidade social da África do Sul ficou obsoleta. Por um lado, o sindicato sul-africano administra a aplicação das políticas neoliberais, enquanto o trabalho assalariado tradicional inclui um percentual mínimo da população. Mas, enquanto isso acontece, cresceram as batalhas das comunidades locais pelo direito à moradia, à saúde, à escola, contra as privatizações. (...) o welfare state made in África do Sul foi praticamente desmantelado; os sindicatos operários executam, muitas vezes, políticas corporativistas, esperando que, assim, consigam livrar-se da tormenta neoliberal.

Usando uma linguagem européia, podemos dizer que as lutas se deslocaram da fábrica para a sociedade, a comunidade. Estamos diante de uma situação inédita em relação à antiga cultura do movimento operário. Quando escrevo que os procedimentos que o movimento operário usa nem sempre ajudam a entender o que aconteceu, refiro-me principalmente ao modelo político de transformação social que é levado adiante pelo movimento operário ou pela esquerda política. No início dos anos 1990, os movimentos sociais sempre afirmaram que era preciso negociar com as instituições. Apresentavam as reivindicações, abriam o confronto com o governo e depois era possível achar uma mediação ou firmar compromissos. Porém, há alguns anos, o caminho escolhido é o da ação direta que mencionei antes. Os movimentos sociais devem experimentar, desde já, novas formas de vida e novos modos de produzir a riqueza.

(...) tenho a convicção de que nem tudo se esgota com a conquista do poder. Por exemplo, considero que o estado-nação é, muitas vezes, um obstáculo para a afirmação de alguns direitos universais. Então, o problema não é a conquista do poder, como se o estado fosse um instrumento neutro e fosse suficiente mudar quem o dirige a fim de que tudo esteja resolvido. É fundamental que surjam e se desenvolvam formas de contrapoder e que os líderes ou porta-vozes dos movimentos sociais correspondam em seus comportamentos aos próprios movimentos sociais⁸.

Há, no mundo, a emergência e expansão de movimentos sociais que se desenvolvem com o objetivo de contribuir para modificar o estado de coisas criado pelo movimento de valorização do capital. Se, ao longo do século XIX, e parte expressiva do século XX, as lutas pelas transformações sociais foram organizadas em torno do sindicato ou da classe operária, ambos organizados por partidos da chamada esquerda política, o século XXI sugere que as lutas devem ampliar seus espaços, descentrando-se da “fábrica” para processos sociais mais no seio da “sociedade civil”. Nesse sentido, incluindo aqueles movimentos (“grupos subalternos”) que se desenvolvem a partir da comunidade de interesses com as mais diversificadas motivações. Lutas em defesa da ecologia, contra a globalização neoliberal imperialista; as questões de gênero, de minorias e de etnias são exemplos importantes dessas motivações. Também se enquadra dentre esses movimentos, a chamada socioeconomia popular e solidária que procura disseminar, em várias partes do mundo, novas formas de vida associadas a novos modos de produzir riqueza material e simbólica.

Outros movimentos sociais diferenciados que têm ganhado expressão e reconhecimento no mundo têm apresentado a “ação direta” (fora

da institucionalidade) como marca. É o caso do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), no Brasil; do movimento Zapatista, no México; das FARC, na Colômbia; apenas para citar alguns. O que importa ressaltar é que esses movimentos experimentam e disseminam o teor da crítica segundo a qual não mais será possível manter apenas o modelo político de lutas, até então adotado pelo movimento operário ou pela esquerda política. Outra lição que tem sido aprendida é a constatação de que nem tudo se esgota com a conquista do governo. Talvez, a maior lição seja a demonstração de que, governar sem um mínimo de contestação ao poder econômico e social do capital, significa uma experiência que deixa claro que o Estado é um obstáculo para a afirmação de direitos universais e para a emancipação humana do poder totalizador do dinheiro.

Antes de tudo, é preciso reconhecer que as transformações sociais não devem ser concebidas exclusivamente a partir do poder institucional, separadas de qualquer dinâmica social. Quando a política se apresenta como autogestão no exercício do poder de decisão em todos os níveis; quando a política é vivida como luta e afirmação da liberdade de todos; a ação política perde o caráter de profissionalização e adquire um conteúdo humano, sob a forma de uma paixão coletiva, tal como caracterizada por GRAMSCI. Em segundo lugar, é importante também reconhecer que tal afirmação de princípios corresponde a uma quebra do monopólio dos partidos e da arrogância da representação política. A ação política seria desencadeada através de outros sujeitos coletivos, dentro de um projeto estratégico que tenha a autonomia e a autogestão como marcas de um outro modo de fazer política – a “grande política” –, motivados e voltados para a “destruição” do valor.

No entanto, para essa “grande política”, qual a organização econômica, social e política subjacente? É possível identificar os sujeitos coletivos que desencadeariam a crítica teórica e prática, tanto ao modo de produzir (o trabalho

que produz o capital) quanto à democracia (política) realmente existente? Como (re)situar a relação entre a liberdade individual e a vida em sociedade?

Uma conclusão importante que surge da argumentação até aqui desenvolvida é que a crise do trabalho se projeta como o fulcro da crise da política. Mais ainda, quando cria um imenso vazio apenas preenchido, parcialmente, por movimentos sociais que se reivindicam autônomos, porém, fixados em temas específicos, ainda que de grande valor simbólico. A presença dispersa dos movimentos sociais é a expressão da ampliação do fosso entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, o qual contribui para impossibilitar que se debatam mais amplamente as possibilidades de outra sociabilidade, a partir da emergência das aspirações e da compreensão da raiz dos conflitos e da violência que marca a fragmentação social na atualidade.

Na realidade, a fragmentação social e as formas (positivas ou negativas) de inclusão econômica, social e cultural, provocadas pelos mecanismos da produção e de distribuição (mercado), contribuem para reforçar a dominação e os fetiches que caracterizam o ordenamento da sociedade capitalista. De um modo geral, a democracia praticada, ou seja, a ação política no interior da sociedade capitalista, torna-se uma espécie de imposição de cima para baixo – da “sociedade política” para a “sociedade civil” – em nome de uma relação social de produção que se pretende eterna. A política torna-se “oligarquizada” e os controles sobre a sociedade cada vez mais sutis, para que as formas capitalistas se imponham sobre as vontades dos indivíduos. Ademais, na atual circunstância histórica, o enquadramento dos Estados-nação da periferia do sistema, no cenário da transnacionalização do capital, obriga seus gestores a demonstrarem sua eficácia e eficiência numa “corrida maluca”, em busca de uma “modernização reparadora” (Kurz, 2002: 10-12).

Como, então, recolocar o conceito

gramsciano de hegemonia, no contexto atual, no qual as dimensões mundiais do capital se expressam na ampliação de seu domínio sobre todas as esferas do “mundo dos homens”? Se a “sociedade civil” for uma arena privilegiada da luta de classes, uma esfera onde se dá uma intensa luta pela hegemonia, como construir e exercitar uma forma de contra-poder que contribua para a construção gradativa de um novo ser social? Em GRAMSCI, o que estabelece a hegemonia é um complexo sistema de relações e de mediações; um complexo de luta e de atividades culturais e ideológicas para a afirmação, junto às classes subalternas, de um novo sistema econômico-social. Para dar conta de tal tarefa política da construção de outra hegemonia, cabe (re)situar as relações locais e cotidianas num quadro sociopolítico mais amplo, tanto nacional, como internacional.

Desse modo, é preciso enfrentar uma espécie de tabu – a classe operária como vanguarda revolucionária, por exemplo –, o qual se refere à centralidade da luta de classes na condição de caminho unívoco para a superação da ordem do capital. As classes sociais fundamentais nem sempre se encontraram em luta, mesmo que os interesses sempre tenham sido opostos. Porém, podemos dizer que o efeito prático dos embates contribuiu para modernizar e reafirmar a progressividade do modo de produção existente. Por isso, as muitas lutas não puderam ser consideradas como motor da superação, e sim de reposição e de acirramento de contradições, o que não deixa de ser muito importante para tornar visível o modo de funcionamento do sistema.

O processo histórico-político até então vivenciado, de um modo geral, pela sociedade capitalista também não permite dizer que o “partido” é a vanguarda organizadora e que a missão histórica transformadora é monopólio da classe operária. (Não existem indícios que nos assegurem que ela seja, sozinha, o sujeito revolucionário). As ações diretas importantes, observadas no final do século XX, não têm sido

conduzidas pela classe operária, e sim por outros sujeitos sociais, integrados por diversas frações de classe ou por nações, como aqueles anteriormente citados. Para corroborar com o argumento, a história tem mostrado que quando as classes subalternas seguem as leis (ordem jurídica) que organizam a sociedade existente, submetem-se, de fato, à história feita pelos outros. Conforme CARVALHO (2004), os diferentes *loci* de atuação revelam as possibilidades e limites das forças sociais:

(...) os dominantes no centro da história, dispoem de todos os aparelhos estatais e todas as regalias oficiais [constroem sua unificação]; os subalternos às margens da história, atuando nas trincheiras da sociedade civil... [constroem uma história descontínua e desagregada]. (p. 41).

Torna-se bastante problemático, portanto, pensar na emancipação do trabalho que produz dinheiro, enquanto os trabalhadores se mantiverem subsumidos pelas regras e pelos princípios que norteiam a conduta da classe "dominante" (que controla e detém a propriedade dos meios de produção), a qual é orientada pela lógica da produção do valor. Para GRAMSCI, "Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se insurgem..." (*Apud* CARVALHO). O desenvolvimento de posições antitéticas à ordem existente torna-se uma condição necessária para que os grupos subalternos sejam co-participes do processo histórico de constituição da "sociedade regulada".

O ponto central da reflexão destes comentários inspirados em GRAMSCI prende-se à necessidade da constituição de sujeitos sociais que visem à construção de um projeto de sociedade aberto à participação de novas forças sociais. Somente assim podemos afirmar que consciência e subjetividade representam uma dimensão fundamental na ação política e que

será possível desenvolver vínculos de responsabilidade em relação a outros homens ou grupo de homens, ou em relação a uma realidade concreta, cuja ruína se desdobra no desastre dos indivíduos" (Caderno 7, § 12: 259). As condições subjetivas, portanto, correspondem ao "fermento" na luta contra as pressões externas fragmentárias que condicionam o comportamento e esvaziam as aspirações dos indivíduos.

A primeira existência dos sujeitos coincide com a parcialidade de classe ou de grupo, limitando-se à reprodução dos próprios interesses econômicos particulares. Nesse primeiro momento, cada membro do grupo está de tal modo encerrado em sua particularidade que não alcança, sequer, uma consciência corporativa da comunhão de interesses que o liga aos outros membros de seu próprio grupo social. Nessa existência, vigora a ausência completa de um sujeito coletivo e nela se produz um âmbito no qual as ações humanas, fragmentadas e enrijecidas em seu pormenor, não são redutíveis a uma vontade humana que possa orientá-las de acordo com um determinado projeto coletivo.

Quando, no entanto, os membros de um grupo social não mais se identificam apenas com sua singularidade atomista, mas adquirem a consciência de sua homogeneidade de grupo, aparece a consciência de que seu interesse corporativo pode incluir e representar os interesses dos outros grupos sociais. A partir daí, esses interesses se combinam com o interesse de toda a sociedade, e o corpo social inicia uma existência mais propriamente política, como esfera da vontade que assume como escopo uma ação intrinsecamente humana e histórica. Isso poderá gerar alguma coisa nova e jamais acontecida.

Podemos, então, concluir que, para GRAMSCI, a dimensão subjetiva e o momento ético-político são a expressão mais elevada do projeto hegemônico de sociedade que os segmentos sociais, em condições de subalternação, são capazes de construir, quando se constituírem como sujeitos ativos conscientes. É

o difícil e complexo salto qualitativo do momento econômico-corporativo – numa transição que progressivamente se fundamenta na contraposição à ideologia dominante –, até amadurecer uma visão independente e superior de mundo. São processos sociais amplos que se desenvolvem no seio da “sociedade civil” para construir uma espécie de contra-poder para o qual deverão convergir os diferentes grupos e movimentos sociais que lutam pela “unificação” da diversidade cultural da humanidade. Com base em GRAMSCI, podemos dizer que a subjetividade nunca poderá ser algo idealizado e dado, *a priori*, mas socialmente produzido. (Do mesmo modo, não é politicamente correto estabelecer, *a priori*, o sujeito da transformação). Isso porque ela é o fruto de um longo e complexo processo de crítica e de elaboração de formas de consciência e de sua superação por outras, representativas, adequadas e coerentes com o processo de “unificação” cultural e social do gênero humano.

É importante chamar a atenção para o fato de a passagem de um modo de produção a outro, do capitalismo à “sociedade regulada” (comunismo), não repousar apenas na transformação das relações de propriedade e na substituição do sujeito social, hegemônico personificado na classe capitalista dos proprietários dos meios de produção, mantendo-se o modo de produzir do capital. Tão importante quanto é que tais transformações estejam enraizadas na gênese de uma subjetividade, individual e coletiva que, no coração mesmo da produção, saiba avançar na direção de um novo modo de produção das condições materiais (e culturais) para a humanidade.

A questão da transição para a “sociedade regulada” encontra-se enraizada, portanto, na aceção ampla de política gramsciana. Segundo COUTINHO (1989: 52-53), a aceção ampla de política, em GRAMSCI, identifica-se com:

- liberdade, com universalidade;
- práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos;
- afirmação de uma práxis que se orienta

conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas.

Nessa aceção, fica clara a noção de autonomia para o “desenvolvimento livre das individualidades”, a afirmação da autogestão e do planejamento consciente, no ato de produzir as condições materiais e culturais da existência humana, em sua interação com a natureza. Daí, a importância do conceito de “catarse” (junto com a aceção ampla da política), atribuída por GRAMSCI, que informa, de maneira clara, o devir como:

(...) *a passagem do momento meramente econômico [...] para o momento ético-político [...] a passagem do 'objetivo' ao 'subjetivo' e da 'necessidade' à 'liberdade'* (Apud COUTINHO, op. cit: 53). MARX (1985: 236).

talvez dissesse: o devir corresponde a ingressar no “reino da liberdade e da riqueza das necessidades” ou no desfrute do tempo livre: “tempo para o ócio e tempo para atividades superiores”.

A aceção ampla de política, no sentido atribuído por GRAMSCI, sugere o devir, e aí sim, vale repetir:

(...) *para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ... [para a] elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Rigorosamente, a passagem do 'objetivo' ao 'subjetivo' e da 'necessidade' à 'liberdade'* (COUTINHO, *ibidem*).

Daí, a necessidade de aglutinar os esforços dispersos dos movimentos sociais, no sentido de um consenso ativo quanto ao significado e à constituição da sociedade auto-regulada, quanto ao significado do “Estado sem Estado”. A emancipação econômica, social e intelectual de toda a população concretizaria o “encontro” entre o indivíduo e a sociedade, a compatibilização entre

o autodesenvolvimento individual e coletivo.

Notas

- ¹ A fonte principal dessa seção é Valentino Gerratana, *Enciclopédia italiana*, Roma, 1992, Quinto Apêndice E-IS 1979-1992, p. 485-6, tradução de Luiz Sérgio Henriques. Ver www.artnet.com.br/GRAMSCI.
- ² A cidade de Turim (Torino, em italiano) está situada no norte da Itália, na região do Piemonte, às margens do rio Pó. É um importante centro industrial e comercial desse país. Dentre as principais produções, encontram-se a indústria automobilística, a têxtil, a de caçados e a de borracha.
- ³ Os Cadernos aqui consultados estão na obra, Antonio GRAMSCI: *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, edição de Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques.
- ⁴ Vale lembrar Portugal, no final do século XV, quando consolida o Estado absolutista, indubitavelmente econômico-corporativo, calcado na política mercantilista voltada para a afirmação da emergente burguesia e para o desmoronamento da ordem feudal (CAPISTRANO de ABREU, 1988: 55-56).
- ⁵ O conceito de hegemonia é aprofundado por Alba Carvalho, em artigo desta Revista, intitulado *Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva*.
- ⁶ Os princípios da administração científica eram aplicados amplamente em muitas esferas da vida americana. Dois anos após sua publicação, a obra de Taylor (1911) foi traduzida para o francês, o alemão, o holandês, o sueco, o russo, o italiano, o espanhol e o japonês. Lênin, em 1918, na *Izvestia* de abril de 1918, considerava necessário o sistema taylorista na URSS (Callahan, 1962: 23-24).
- ⁷ Ver, nesta edição, o artigo “*Cultura e educação no pensamento gramsciano*”, de Lia Pinheiro Barbosa, que trata do significado e da importância dos intelectuais para GRAMSCI.
- ⁸ Entrevista de Ashwin Desai, publicada no jornal *Il Manifesto*, em 13 de setembro de 2003, e reproduzida por *IHU On-Line*, Ano 3, nº 79 de 13/out/2003. Desai é professor na Workers’ College em Durban, na África do Sul, e autor do livro *We are the Poors* (Nós somos os pobres), traduzido recentemente, na Itália, pela Editora Derive Approdi (gritos meus).

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. (1988), *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 7ª edição revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada e Editora da Universidade de São Paulo.
- AMBÍA, Carlos Javier Maya, *La globalización neoliberal como revolución pasiva*, Política y Cultura, núm. 18, otoño 2002, p. 9-38. Facultad de Economía Universidad Autónoma de Sinaloa, Culiacán, México.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. (1980), *GRAMSCI e o Estado – Por uma teoria materialista da filosofia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CALLAHAN, Raymond E. (1962), *Education and the cult of efficiency*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. (2004), “Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na evolução passiva”. *Revista de Ciências Sociais*, vol.35, nº2, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1989), *GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda.
- GRAMSCI, Antonio. (2002), *Cadernos do cárcere. Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política*, volume 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Volume 3, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HARVEY, David. (1992), *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail U. Ubirajara e Maria Stela Gonçalves, 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola.
- KURZ, Robert. (2002), “As leituras de Marx no século XXI”. In *MARX exotérico x MARX esotérico*. Crítica Radical, Fortaleza-CE, 20/2/2002.
- MARX, Karl. (1978), *O Capital*, Livro I, Capítulo VI (inédito). Tradução de Eduardo Sucupira Filho e revisão de Célia Regina de Andrade Bruni. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.

MARX, Karl. (1978), *El Capital - Crítica de la Economía Política*. Libro Primero, Séptima edición, México: Siglo Veintiuno.

_____. (1985), *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse) - 1857~1858, Vol. 2. 10ª edición. México: Siglo Veintiuno Editores, SA.

MONAL, Isabel. (2003), "GRAMSCI, a sociedade civil e os grupos subalternos". In *Ler GRAMSCI, entender a realidade*, Carlos Nelson Coutinho e Andréa de Paula Teixeira (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PORTELLI, Hugues. (2002), *GRAMSCI e o bloco histórico*. Tradução de Ângela Peralva, 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SEMERARO, Giovanni. (2001), *GRAMSCI e a sociedade civil - Cultura educação para a democracia*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes.